

ATA

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

Nº 22 /2018

PRESIDENTE: José Manuel Gonçalves.

VEREADORES PRESENTES: Agostinho Gonçalves Alves da Santa, Eduardo José de Sousa Cardoso, Maria do Céu Ribeiro Ramos, Eduardo Jorge Ribeiro Pinto e Bruno Miguel Botelho Gonçalves.

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Vereadora Maria José Fernandes Lacerda.

SECRETARIOU: José Daniel Meireles Almeida Lopes, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira.

HORA DE ABERTURA: 9.30 horas.

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada por unanimidade.

INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE: Antes do início dos trabalhos o Sr. Presidente informou verbalmente a Câmara das ações desenvolvidas durante a quinzena.

Reunimos:

- Mestre Procurador da Confraria dos Enófilos do Douro;
- Provincial dos Salesianos do Colégio Salesiano de Poiães;
- Direção da Associação Cultural e Beneficente de Santa Maria de Sedielos;
- Diretor Distrital da EDP Distribuição,
- Direção da Casa do Povo de Godim;
- Provedor da Santa Casa da Misericórdia (2);
- Direção do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto;
- Direção do Rancho Folclórico e Recreativo de Godim.

Participámos

- VI Fórum Douro Literário - Olhares de João de Araújo: Correia, organizado pela Tertúlia João de Araújo Correia, realizado no Teatrinho Reguense;
- Cerimónia de Assinatura da constituição formal da REMAN - Associação Mundial Magalhânica;
- Encontro dos Clubes Rotários de Peso da Régua e Ovar, realizado em Ovar;
- Reunião com os Presidentes das Câmaras Municipais de Santa Marta de Penaguião e de Vila Real, e Administradores das Infraestruturas de Portugal.

Efetuámos

- Reunião do Conselho Municipal de Educação.

Organizámos

- A tertúlia "conversas à Quinta", sob o tema "Um Barco para uma Odisseia", com o apoio da Confraria dos Enófilos do Douro, realizada no edifício sede da Fundação Museu do Douro.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

195 - TESOURARIA

Balancete – Período de 11 de outubro a 25 de outubro /2018 – Saldo do dia 25 de outubro – Seiscentos e trinta e oito mil, quinze euros e dois cêntimos.

196 - CONSOLIDAÇÃO DE MOBILIDADES

Por despacho do Sr. Presidente da Câmara é proposta a consolidação de mobilidade de:

- Liliana Ribeiro Carvalho Pinto de Assistente Técnica para Técnico Superior
- Nelson Filipe Santos Oliveira de Assistente Técnico para Técnico Superior
- Francisco António Santos Cardoso Arcanjo de Assistente Técnico para Técnico Superior
- Mário Alves Conceição Cardoso de Assistente Operacional para Assistente Técnico
- Pedro Teixeira da Costa Cardoso de Assistente Operacional para Assistente Técnico
- António José Sequeira da Fonseca de Assistente Operacional para Encarregado Operacional.

A Câmara deliberou por unanimidade concordar com a proposta apresentada, consolidando as respetivas mobilidades.

Mais deliberou que a data de consolidação é dia 1 de setembro de 2018.

197 - MARIA AUGUSTA OLAIO CRUZ

CONCESSÃO DE TERRENO EM CEMITÉRIO

NO PESO DA RÉGUA

Foi presente um requerimento de Maria Augusta Olaio Cruz a requerer autorização para a compra de um terreno no cemitério de Peso da Régua, para a transladação dos restos mortais de seu filho Hélder Cruz Carvalho do cemitério de Castanheiro do Sul, S. João da Pesqueira.

Traz informação da DAF do teor seguinte:

“Os cemitérios de Peso da Régua e Godim, de acordo com o regulamento municipal, destinam-se à inumação dos cadáveres de indivíduos falecidos na área desta freguesia.

Ora,

A residência à data da morte do falecido, Castanheiro do Sul (São João da Pesqueira), lugar onde se encontra inumado, é impeditiva de obtenção de autorização para a transladação solicitada.

A reforçar esta restrição, a Câmara Municipal em reunião de 30 de março de 2004, deliberou aprovar uma proposta, a título provisório, mas que se ainda mantém, que em virtude de os espaços disponíveis nos cemitérios municipais de Peso da Régua e de Godim, para inumação ser cada vez mais escasso e atentos ao disposto no n.º 4, artigo 35º do regulamento dos

cemitérios municipais que refere “ por motivos de ordem gestionária do espaço disponível, a concessão de terrenos e ossários para sepulturas perpetuas só é possível depois de a campa em causa se encontrar ocupada, após inumação”.

No entanto,

A requerente, de acordo com o documento comprovativo entregue nos serviços, é residente nesta autarquia, circunstância que se pode considerar ponderosa, para que as regras acima mencionadas possam ser ultrapassadas por despacho autorizador de V.Ex^a.

A Câmara Municipal, por deliberação n.º 199, de 23 de novembro de 2017, autorizou um caso análogo.

Quanto á compra da sepultura, só pode vir a efetuar-se após autorização para a referida transladação”.

A Câmara deliberou por unanimidade, após análise da informação dos serviços e considerar o fator mencionado como ponderoso, autorizar a transladação.

198 - PRESCRIÇÃO DO PRAZO DE COBRANÇA DE CONHECIMENTOS DEBITADOS À TESOURARIA

A Câmara deliberou por unanimidade tomar conhecimento, autorizando a sua prescrição.

199 - EXTINÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DO LUGAR DO TERRADO NA FEIRA SEMANAL

Foi presente uma informação dos serviços sobre a extinção do direito de ocupação dos seguintes lugares:

- Lugar n.º 19 – Maria Perfeita Pinto
- Lugar n.º 23 – Alzira Soares Morito
- Lugar n.º 99 – Liliane Pádua Fortunato

A Câmara deliberou por unanimidade concordar com a informação dos serviços, considerando extintos, os direitos de ocupação mencionados.

200 - DOURO INÉDITO ASSOCIAÇÃO RECREATIVA, DESPORTIVA E CULTURAL

Pela Associação Recreativa, Desportiva e Cultura Douro Inédito, foi presente um requerimento a solicitar o licenciamento do recinto para a realização do “Festival das Sopas e do “Binho “, em Poiares, nos dias 27 e 28 de outubro/2018, assim como a isenção das respetivas taxas.

Traz informação da DAF do teor seguinte:

“ O requerido está de acordo com o previsto no n.º 1 do art.º 34 do Regulamento sobre Atividades Diversas Sujeitas a Licenciamento Municipal (licenciamento de divertimentos públicos) e possui todos os elementos necessários ao seu deferimento.

A taxa a pagar é de 12,20 €.

Quanto á isenção de pagamento solicitada e sem prejuízo das isenções previstas e em vigor, a câmara municipal poderá ainda conceder isenções do pagamento de taxas ao Município, ás

peças coletivas de direito público, peças coletivas de utilidade pública, instituições particulares de solidariedade social, associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, associações e comissões de moradores e cooperativas de habitação económica, somente quanto a atos e factos que se destinem diretamente à realização dos seus fins.

A Câmara deliberou por unanimidade isentar as respetivas taxas.

201 - ABERTURA DO MERCADO MUNICIPAL

Foi presente para ratificação o despacho do Vereador em Regime de Permanência exarado no requerimento das comerciantes do mercado municipal a solicitar autorização para a abertura do mercado municipal para o dia 28 de outubro (Domingo) todo o dia e 1 de novembro (quinta-feira), o período da manhã.

Traz informação das Taxas e Licenças do teor seguinte:

“ O mercado municipal funciona todos os dias, exceto domingos, feriados e sábados à tarde.

Sobre o requerido, estipula o regulamento através do n.º 5 do art.º 6 que pode, por deliberação camarária, ser praticado outro horário”.

Traz despacho do Sr, Vereador do teor seguinte:

“ Autorizo abertura no Domingo (todo o dia), dia 28 de outubro e a manhã do dia 1 de novembro.

Levar à próxima sessão de câmara para ratificação”.

A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho do Vereador em Regime de Permanência.

202 - PLANO & ORÇAMENTO 2019

A Câmara deliberou por maioria com três abstenções dos Vereadores do PS, concordar com o documento apresentado.

Mais deliberou enviar o documento para aprovação, à Assembleia Municipal.

Foram presentes as seguintes declarações de voto.

Declaração de voto dos Vereadores do PS:

“Está a fazer 1 ano deste executivo e, no que é essencial, este orçamento é uma colagem do orçamento anterior, pois pouco do que foi prometido fazer em 2018 foi cumprido. A este propósito, realçamos:

- Reabilitação do Hospital – tem tido vários anúncios de abertura na comunicação social, mas continua sem data de abertura nem sequer de início de obra;
- Reabilitação da Av. Dr. Manuel de Arriaga – tendo tido direito, até, a uma sessão pública de esclarecimento, o certo é que não existe previsão para o seu arranque;
- Requalificação do Mercado Municipal – nada foi realizado em 2018 e também não existe data para a reabilitação;
- A rede viária continua em degradação, sem qualquer intervenção de fundo da autarquia, insistindo-se em pequenas obras de reparação que rapidamente se deterioram;

- A aposta do turismo continua a ser residual e sem estratégia para o setor mais importante da economia do concelho; tratando-se de uma região marcadamente vinícola, não existe qualquer evento ligado a esta temática, nem mesmo o evento dedicado ao vinho, anunciado para 2018, se tendo realizado;

- A reabilitação do parque termal das Caldas do Moledo continua a ser constantemente adiado. Podemos concluir que a estratégia assumida pelos executivos PSD, que é a de apresentar sucessivos orçamentos empolados com a justificação que dessa forma conseguiriam fazer obra, não corresponde à realidade, pois a obra não se concretiza e por sua vez a dívida continua bastante elevada.

Apesar disto, e até porque o que, em 2018, não foi feito transita, agora, para 2019, merecendo da nossa parte acrescidas expectativas de que se possa vir, efetivamente, a realizar, queremos continuar a colaborar com o atual executivo no sentido de dar todas as ferramentas necessárias para que consigam concretizar as suas promessas, pois o Concelho precisa e os Reguenses merecem. À partida, queremos acreditar que o segundo ano do atual mandato camarário poderá ser bem mais capaz, aceitando que o primeiro ano poderá ter encerrado dificuldades e obstáculos que, agora, urge ultrapassar, querendo nós próprios participar nesse objetivo.

Temos bem presente que a este Plano e Orçamento falta a coerência de referenciais, de pilares, que permitam a articulação de ações que garantam maior consistência e eficácia, funcionalizados a uma intenção magna de fixar pessoas, desenvolver o empreendedorismo e gerar emprego e riqueza. Igualmente, constatamos que muito há a fazer, e pouco está previsto, em termos de coesão territorial. Verificamos, no entanto, que muitas das ações previstas, embora dispersas, podem ajudar a crescer o concelho e a elevar o nível de vida dos munícipes do Peso da Régua.

Não sendo este o nosso orçamento, queremos, mesmo assim, com o nosso voto, continuando embora a ser exigentes e a cuidar de que tudo seja feito em prol dos interesses municipais, dar um sinal de otimismo, esperando que muito do que, agora, se projeta, venha ser realidade.

Não será por nossa parte que a Câmara Municipal do Peso da Régua não vai ter condições para cumprir. Garantimos a nossa participação e a nossa atenta vigilância.

O nosso voto de abstenção traduz, neste momento, as ideias que se deixaram expostas, sendo a expressão do nosso desejo de que a execução orçamental cumpra alguns dos desígnios essenciais do nosso concelho e de quem nele vive e na sua grandeza acredita. Entenda-se este nosso voto como um desafio, para que se possa ser mais ousado.

Declaração de voto dos Vereadores do PSD:

“O Plano e Orçamento para 2019 segue a linha de orientação estratégica sufragada pelos Reguenses e na continuidade do que apresentamos em 2018.

Continuamos a ter como principais projetos, a reabilitação do Hospital D Luís I, a requalificação do mercado Municipal, a requalificação da Avenida Dr. Manuel de Arriaga, a requalificação do balneário termal das caldas do moledo, assim como a intervenção na Casa do Cantoneiro na ponte metálica.

Continuaremos a privilegiar a estreita colaboração com as Juntas de Freguesia, assim como com as associações culturais, desportiva e sociais do concelho.

Manteremos em estreita articulação com um conjunto de parceiros os principais eventos que promovem, divulgam e valorizam o nosso território como a Meia Maratona Douro Vinhateiro, Douro Rock, Concentração Motard, Douro Ultra trial, Douro Triatlo, BTT Douro Pombalino, entre outros.

Em 2019 lançaremos o Concurso literário Nacional João de Araújo Correia de forma a promover a maior referência literária do nosso Concelho.

Daremos início ao processo de revisão do plano diretor municipal instrumento fundamental no planeamento urbanístico do nosso concelho.

Apesar das enormes dificuldades que mantemos em termos financeiros, principalmente fruto do défice que mantemos na área do ambiente, temos a firme disposição de gradualmente amenizarmos tal situação, contribuindo para alocar recursos financeiros a outras áreas.

Manteremos em 2019, a predisposição de consolidar e densificar a estratégia de desenvolvimento económico, turístico e empresarial do nosso concelho de forma a potenciarmos cada vez mais os nossos recursos endógenos, como forma de criar emprego e fixar população.

A nível social manteremos uma ação permanente, atenta e de resposta rápida às necessidades que existem e que permanentemente surgem no dia a dia.

Em 2019, mantemos a determinação, ambição e motivação de trabalhar em prol de um concelho com mais e cada vez melhor qualidade de vida, um concelho atrativo e competitivo a nível económico, turístico e social, como tal votaremos de forma favorável este plano e orçamento”.

203 - PROPOSTA

ABERTURA DE PROCEDIMENTO

CONCURSAL PARA QUATRO POSTOS

DE TRABALHO EM REGIME DE CONTRATO DE

TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS

POR TEMPO INDETERMINADO NA CATEGORIA

DE TÉCNICO SUPERIOR

Pelo Presidente da Câmara foi presente uma proposta para abertura das vagas de:

- 1 posto de trabalho na carreira geral de Técnico Superior – Área de atividade Gestão de Recursos Humanos.
- 1 posto de trabalho na carreira geral de Técnico Superior – Área de atividade Direito.
- 1 posto de trabalho na carreira geral de Técnico Superior – Área de atividades Ciências da Comunicação.
- 1 posto de trabalho na carreira geral de Técnico Superior – Área de atividade Sociologia.

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada, mandando instruir o processo burocrático, com as formalidades legais dos respetivos recrutamentos.

DIVISÃO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E EQUIPAMENTOS

204 - REVISÃO DAS MEDIDAS DE APOIO DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – PASSE ESCOLAR

Pela DDSE foi presente uma informação sobre a isenção da dívida de 285,64 €, do passe escolar do aluno José Pedro Peixoto Mesquita contraída no ano letivo 2017/2018, por motivos económicos.

A Câmara deliberou por unanimidade autorizar a isenção da dívida mencionada.

205 - ATRIBUIÇÃO HABITAÇÃO SOCIAL ANA MARIA RUALDE PINTO CORREIA

Pela DDSE foi presente uma informação sobre a atribuição de uma habitação social a Ana Maria Rualde Pinto Correia.

A Câmara deliberou por unanimidade concordar com a informação dos serviços, para a atribuição da habitação social.

206 - ATRIBUIÇÃO HABITAÇÃO SOCIAL JOSÉ MARIA OLIVEIRA CORREIA DELFIM

Pela DDSE foi presente uma informação sobre a atribuição de uma habitação social a José Maria Oliveira Correia Delfim.

A Câmara deliberou por unanimidade concordar com a informação dos serviços, para a atribuição da habitação social.

207 - PROPOSTA AQUISIÇÃO DE FRAÇÕES DO EDIFÍCIO FAJAL

Pelo Presidente da Câmara foi presente a proposta do teor seguinte:

“ Considerando:

- A localização e a centralidade no contexto urbano do edifício FAJAL, bem como a proximidade com diversos equipamentos e serviços, nomeadamente o edifício da Câmara Municipal;
- O estado de degradação e abandono em que se encontram os pisos inferiores e a fachada do edifício FAJAL que, possuindo uma ligação franca com a Alameda dos Capitães, recentemente requalificada e com uma utilização crescente, bem como a proximidade ao parque infantil lá instalado;
- A intenção de criação de um Centro de Negócios, permitindo a instalação de empresas de cariz tecnológico, entre outras, promovendo deste modo a fixação de pessoas no concelho;
- A possibilidade de alargamento e instalação de alguns serviços municipais, permitindo assim melhorar a oferta e a resposta às necessidades quotidianas;

- O relatório de avaliação, elaborado por perito oficial, a pedido do Município do Peso da Régua, referente às frações em causa, com o valor de avaliação de 183 000,00 €;
- A contraproposta apresentada pelos proprietários, no valor de 271 950,00 €, e a realização de diversas reuniões de negociação com os proprietários;
- O entendimento acordado com os proprietários, em relação à proposta apresentada pelo Município é de que, apenas concordariam com o valor das frações proposto se o mesmo não fosse inferior ao valor patrimonial da fração;

Assim, constatando que o valor acordado entre as partes é superior ao valor da avaliação solicitada pelo Município, e na sequência do negociado com os proprietários, proponho, ao abrigo dos considerandos supramencionados, que a Câmara Municipal delibere aprovar a aquisição das frações de A a P, pertencentes ao edifício FAJAL, pelo valor de 204 330,00 € (duzentos e quatro mil e trezentos e trinta euros)”.
A Câmara deliberou por unanimidade concordar com a proposta apresentada, fixando o valor 183 000,00 € para essa aquisição.

208 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PERÍODO DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA

Pelo Presidente da Câmara foi presente a proposta do teor seguinte:

“ Após análise do funcionamento do novo sistema de estacionamento de duração limitada na cidade, constatou-se que o período que é taxado durante o dia de sábado, entre 08:00 e as 14:00, torna-se excessivo.

Considerando que se trata de fim de semana, sendo que algumas zonas se encontram próximas de áreas habitacionais e que, em regra geral, o horário do período da manhã do comércio tradicional se situa entre as 09:00 e as 13:00.

Assim, de acordo com o artigo n.º 4, do Regulamento Municipal de Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, proponho que a Câmara Municipal delibere alterar o período de estacionamento de duração limitada, fixado no Anexo I do respetivo Regulamento, no que respeita aos Sábados, para o período compreendido entre as 09:00 e as 13:00 horas.

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada.

DIVISÃO DE PLANEAMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E GESTÃO DO TERRITÓRIO

209 - CARMEN ALFREDINA ALVES MARTINS CAVATERRA QUEILHO – POIARES PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPIEDADE

Foi presente um requerimento de Cármen Alfredina Alves Martins Cavaterra a requerer parecer favorável à constituição de compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o art.º 223-N.

Traz informação dos serviços do teor seguinte:

“ ... CONCLUSÃO:

Tendo em conta o exposto, propõe-se dar parecer favorável à constituição de compropriedade do prédio rústico, com a emissão da competente certidão”.

A Câmara deliberou por unanimidade dar parecer favorável ao requerido.

210 - ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMO AO ARRUAMENTO

A NORTE DA ROTUNDA DO CONCELHO

Foi presente um requerimento do “ Domínio 2 – Gestão e Promoção de Condomínios, Lda a requerer a atribuição de numeração policial para o edifício com o processo urbanístico 192/00, no Lugar de Vale de Vinhas, da União de Freguesias de Peso da Régua e Godim.

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar que, a estrada que liga a rotunda do concelho até ao cruzamento de Santa Marta de Penaguião, se denomine “Lugar de Vale de Vinhas”.

Mais deliberou mandar proceder à sua divulgação nos termos da lei.

Todas as deliberações foram aprovadas em minuta.

E não havendo mais nada a tratar foi encerrada a reunião eram onze horas, da qual se lavrou a presente ata que foi por mim subscrita e vai ser devidamente assinada.